

BIODIESEL NA AMAZÔNIA

*** Roberto Rodrigues**

Desde os anos 80 existem estudos na área do governo visando a produção do biodiesel como aditivo ou substituto do óleo diesel. Também são antigas as experiências privadas no mesmo setor. Mas foi o atual governo que realmente assumiu o compromisso com este produto, dentro da percepção de que a agroenergia representa um novo paradigma agrícola para o mundo, com potencial de mudar a geopolítica planetária.

Há grandes diferenças entre o etanol e o biodiesel. Boa parte destas diferenças se deve à enorme quantidade de matérias primas para o biodiesel: desde sebo bovino e outros resíduos orgânicos até as fontes mais conhecidas, de origem agrícola, que também podem ser divididas em grãos e palmáceas. Entre os grãos, estão a soja, a mamona, o girassol, o pinhão manso, o amendoim, o algodão, o nabo forrageiro e diversos outros. E o biodiesel gerado por cada uma tem diferentes características, dificultando a padronização.

Entre as palmáceas, a grande vedete hoje é o dendê – ou óleo da palma – e há espaços para outras no futuro, como é o caso da macaúba.

Os grãos chegam a produzir até 1000 quilos de óleo por hectare, e o dendê produz 6 vezes mais. O problema é que o dendê demora 4 anos para começar a produzir, e os grãos são anuais.

Mas é evidente que, uma vez em produção, o dendê tem vantagens comparativas espetaculares, até porque o custo de implantação da planta só se dá uma vez, ao contrário dos grãos, semeado todos os anos.

Mais ainda: com tal diferença, o dendê demandaria quatro vezes menos terra que os grãos. E com duas vantagens: pode ser cultivado por pequenos produtores, como os da agricultura familiar, e se constitui em excelente alternativa para recuperação de áreas degradadas da região amazônica.

Esta planta, com habitat em regiões de clima equatorial chuvoso, teve sua variedade comercial mais conhecida – a *Elaeis guineensis* – desenvolvida nas Estações Experimentais francesas da Costa do Marfim, e, quando a EMBRAPA, em 1980 criou seu Centro de Pesquisas na Amazônia, foi trazida ao Brasil. De lá para cá, os excelentes técnicos da EMBRAPA passaram a buscar espécies nativas da região amazônica, criando assim um banco de germoplasma, do que se originaram cruzamentos com a variedade africana, resultando em variedades híbridas superiores, inclusive resistentes a doenças sérias, como o “amarelamento fatal”.

Tem sido discutida a possibilidade de reflorestar áreas degradadas da região, seja de floresta cortada, seja de pastagens abandonadas, com palmáceas como o dendê, nativas ou exóticas.

Surgiu então uma reação de setores afins, contra o uso das variedades híbridas, sob a alegação de que tal recomposição se trata de passivo ambiental, e que obrigatoriamente estas áreas, devem ser reconstituídas com variedades nativas originais, não importando o resultado econômico da atividade. Neste caso, os

híbridos são considerados exóticos. E o plantador teria que se submeter a esta regra, mesmo com prejuízo.

O assunto está no Congresso Nacional, ora em vias de apreciar o Projeto de Lei 6424/05, que definirá a questão.

Mas tal definição deve encarar o “casamento” eco-eco, isto é, cuidar da ecologia com visão econômica, como forma de dar sustentabilidade ao povo da região.

Afinal, há maior maravilha híbrida e totalmente nacional de que nossas mulatas e mulatos?

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**